

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO
318126/03-5



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE 35.000
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA 10ª EMISSÃO DA CESP –
COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO**

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir qualificadas:

CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO, sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Ministro Rocha Azevedo, 25, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 60.933.603/0001-78, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada “CESP”, e

C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, 270, conjunto 601, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 82.016.270/0001-55, neste ato representada, respectivamente, por seu Diretor de Operações e por seu Diretor Geral, os Srs. Antonio Peixoto Cherem, brasileiro, separado judicialmente, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde do Rio Branco, 1.541, apartamento 172-B, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob o nº 171.623.869-20 e portador da Cédula de Identidade nº 728.313 PR, e Vilson Ronald Ribas, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Nicola Pelanda, 211, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob o nº 002.034.679-49 e portador da Cédula de Identidade nº 283.061 PR, nomeada nesta escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, para representar a comunhão dos debenturistas da presente emissão perante a CESP, doravante designada “Agente Fiduciário”,

vêm celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de 35.000 Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da 10ª Emissão da CESP – Companhia Energética de São Paulo, doravante designado simplesmente “Escritura”, mediante as seguintes cláusulas, condições e características.



1.

DA AUTORIZAÇÃO

1.1

A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da assembléia geral extraordinária da CESP, realizada em 26 de fevereiro de 2003, e da reunião do conselho de administração da CESP, realizada em 26 de maio de 2003, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

2.

DOS REQUISITOS

2.1

Arquivamento das Atas que Deliberaram sobre a Emissão

2.1.1

A ata da assembléia geral extraordinária da CESP, realizada em 26 de fevereiro de 2003, e a ata da reunião do conselho de administração da CESP, realizada em 26 de maio de 2003 foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP (“JUCESP”), respectivamente, sob os nºs 50.581/03-0 e 108.493/03-9, nas sessões de 17 de março de 2003 e 3 de junho de 2003, e publicadas no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no jornal “Gazeta Mercantil” em 20 de março de 2003 e em 6 de junho de 2003, de acordo com o disposto no inciso I do artigo 62, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.

2.2

Inscrição da Escritura

2.2.1

A presente Escritura foi inscrita na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.

2.3

Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

2.3.1

A distribuição pública das debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404/76 e de acordo com a Instrução nº 13, de 30 de setembro de 1980, da CVM, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

3.

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1

Número da Emissão



3.1.1 Esta é a 10ª (décima) emissão de debêntures realizada pela CESP (“Debêntures”, conjuntamente, e “Debênture”, individualmente).

3.2 Data de Emissão

3.2.1 Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures, doravante designada simplesmente “Data de Emissão”, será 1º de março de 2003.

3.3 Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.3.1 Serão emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures, em série única.

3.4 Valor Nominal Unitário e Montante da Emissão

3.4.1 O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante total da emissão de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

3.5 Prazo e Data de Vencimento

3.5.1 O prazo da emissão será de 54 (cinquenta e quatro) meses, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de setembro de 2007.

3.6 Juros Remuneratórios

3.6.1 As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (“Taxas DI”), calculadas e divulgadas pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (“CETIP”), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 2% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o valor nominal ou saldo do valor nominal da Debênture, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada período de capitalização (“Juros Remuneratórios”), de acordo com a fórmula abaixo.

Define-se:



- i) “Período de Vigência de Juros” - espaço de tempo durante o qual vigorá o critério de apuração dos juros definido pela assembléia geral extraordinária e pela reunião do conselho de administração da CESP, encerrando-se na data de pagamento de cada uma das 18 (dezoito) amortizações parciais das Debêntures, nos termos da cláusula 3.7 abaixo;
- ii) “Período de Capitalização” - intervalo de tempo que se inicia e se finda nas datas descritas na tabela abaixo:

| Período de Capitalização | Início | Fim |
|--------------------------|-----------|-----------|
| 1º | 01 MAR 03 | 01 MAR 06 |
| 2º | 01 MAR 06 | 01 ABR 06 |
| 3º | 01 ABR 06 | 01 MAI 06 |
| 4º | 01 MAI 06 | 01 JUN 06 |
| 5º | 01 JUN 06 | 01 JUL 06 |
| 6º | 01 JUL 06 | 01 AGO 06 |
| 7º | 01 AGO 06 | 01 SET 06 |
| 8º | 01 SET 06 | 01 OUT 06 |
| 9º | 01 OUT 06 | 01 NOV 06 |
| 10º | 01 NOV 06 | 01 DEZ 06 |
| 11º | 01 DEZ 06 | 01 JAN 07 |
| 12º | 01 JAN 07 | 01 FEV 07 |
| 13º | 01 FEV 07 | 01 MAR 07 |
| 14º | 01 MAR 07 | 01 ABR 07 |
| 15º | 01 ABR 07 | 01 MAI 07 |
| 16º | 01 MAI 07 | 01 JUN 07 |
| 17º | 01 JUN 07 | 01 JUL 07 |
| 18º | 01 JUL 07 | 01 AGO 07 |
| 19º | 01 AGO 07 | 01 SET 07 |

Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes ao 1º (primeiro) Período de Capitalização serão incorporados ao valor principal das Debêntures ao fim deste período, ou seja, em 1º de março de 2006, passando o valor obtido a



ser o valor principal base das Debêntures para todas as amortizações. Ao término do 2º (segundo) Período de Capitalização, ou seja, em 1º de abril de 2006, ocorrerá o 1º (primeiro) pagamento dos juros e a 1ª (primeira) amortização parcial das Debêntures, em conformidade com a tabela do item 3.7.2 abaixo. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização subseqüentes serão devidos nas respectivas datas de pagamento de cada uma das 17 (dezessete) amortizações parciais subseqüentes, conforme a tabela do item 3.7.2 abaixo; e

- iii) “Subperíodo de Capitalização” - prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que as taxas do Subperíodo de Capitalização são acumuladas de forma exponencial, utilizando-se o critério *pro rata temporis* por dias úteis para a taxa DI e para o *spread*, se necessário, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe = valor nominal da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI = produtório das Taxas DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

- n_{DI} = número total de Taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{360}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI Over, sendo " d_k " um número inteiro;

Fator Spread = Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DT}{DP}} \right\}$$

onde:

$spread$ = 2% (dois por cento) ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

N = número de dias representativo do $spread$, sendo 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, sendo " N " um número inteiro;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo " n " um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo " DT " um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo " DP " um número inteiro;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.



3.6.2 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *spread* até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da CESP quanto dos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização.

3.6.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias contados daquela data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas para definir, de comum acordo com a CESP, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização, acrescida do *spread*, até a data da deliberação da assembléia geral de debenturistas.

3.6.4 Deve ainda ser observado no cálculo dos Juros Remuneratórios que:

- i) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- iii) uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

3.6.5 Os juros remuneratórios das Debêntures serão pagos em 18 (dezoito) parcelas mensais, consecutivas, nas mesmas datas de pagamento das parcelas do principal, em conformidade com a tabela constante do item 3.7.2 abaixo, sendo que o valor de cada uma das parcelas de juros será calculado sobre o valor principal remanescente após a 1ª (primeira) amortização parcial das Debêntures, mediante a aplicação da fórmula descrita no item 3.6.4 acima.

3.7 Amortização



3.7.1 O valor principal das Debêntures será amortizado mensalmente e consecutivamente, em 18 (dezoito) parcelas, iniciando-se no término do 2º (segundo) Período de Capitalização, ou seja, em 1º de abril de 2006, nos termos do item 3.6.1 (ii) acima.

3.7.2 As datas de pagamento das parcelas referentes à amortização das Debêntures coincidem com as datas finais dos Períodos de Capitalização, conforme o item 3.6.1(ii) acima, e encontram-se discriminadas na tabela abaixo:

| Número da Parcela de Amortização | Data de Pagamento | % do principal ⁽¹⁾ a amortizar |
|----------------------------------|-------------------|---|
| 1ª | 01 ABR 06 | 5,5556% |
| 2ª | 01 MAI 06 | 5,5556% |
| 3ª | 01 JUN 06 | 5,5556% |
| 4ª | 01 JUL 06 | 5,5556% |
| 5ª | 01 AGO 06 | 5,5556% |
| 6ª | 01 SET 06 | 5,5556% |
| 7ª | 01 OUT 06 | 5,5556% |
| 8ª | 01 NOV 06 | 5,5556% |
| 9ª | 01 DEZ 06 | 5,5556% |
| 10ª | 01 JAN 07 | 5,5556% |
| 11ª | 01 FEV 07 | 5,5556% |
| 12ª | 01 MAR 07 | 5,5556% |
| 13ª | 01 ABR 07 | 5,5556% |
| 14ª | 01 MAI 07 | 5,5556% |
| 15ª | 01 JUN 07 | 5,5556% |
| 16ª | 01 JUL 07 | 5,5556% |
| 17ª | 01 AGO 07 | 5,5556% |
| 18ª | 01 SET 07 | 5,5556% |

⁽¹⁾ O valor principal base das Debêntures que será utilizado para o cálculo das parcelas de amortização será obtido ao fim do 1º (primeiro) Período de Capitalização, ou seja, em 1º de março de 2006, conforme definido no item 3.6.1 (ii) acima, pela somatória do valor nominal das Debêntures com o valor dos Juros Remuneratórios acumulados durante o 1º



(primeiro) Período de Capitalização. Sobre este valor incidirá a percentual de amortização equivalente à 1/18 (um dezoito avos) do valor principal base obtido, conforme a tabela acima.

3.8 Forma, Conversibilidade e Titularidade

3.8.1 As Debêntures serão da forma nominativa-escritural, simples e não conversível em ações da CESP.

3.8.2 A CESP não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures aberta em nome de cada debenturista, emitido pela instituição depositária das Debêntures. Adicionalmente, serão expedidos, (i) pelo Sistema Nacional de Debêntures – SND (“SND”), o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato em nome do debenturista emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos, quando depositados no SND; e/ou, (ii) pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC (“CBLC”), o extrato de custódia em nome do debenturista, quando as Debêntures forem depositadas na CBLC.

3.9 Espécie

3.9.1 As Debêntures serão da espécie subordinada aos credores da CESP, nos termos do artigo 58, “caput”, da Lei nº 6.404/76.

3.10 Preço de Subscrição e Forma de Integralização

3.10.1 O preço mínimo de subscrição da Debênture será o seu valor nominal acrescido dos mesmos fatores utilizados para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures e o respectivo *spread*, em conformidade com o item 3.6 acima, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, sendo admitido ágio no leilão, a ser realizado nos termos do item 3.17.2 abaixo.

3.10.1.1 Na hipótese de ágio no leilão, nos termos do item anterior, o preço mínimo de subscrição das Debêntures praticado na CETIP será idêntico ao alcançado no leilão.



3.10.2 Não será admitido deságio no leilão, bem como não será admitido deságio na hipótese prevista no item 3.17.3 abaixo.

3.10.3 A integralização das Debêntures subscritas no leilão será à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, conforme o disposto no item 3.17.2 abaixo.

3.10.4 A integralização das Debêntures subscritas no mercado de balcão organizado, nos termos do item 3.17.3, será à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional ou com créditos detidos contra a CESP.

3.10.4.1 Na hipótese de as Debêntures subscritas no mercado de balcão organizado serem integralizadas com créditos, a CESP deverá enviar comunicado, por meio de carta ou fax, endereçado ao banco coordenador, ao banco escriturador e mandatário e à CETIP, solicitando ao banco coordenador a transferência das Debêntures para o credor que as subscrever. A CESP deverá realizar os lançamentos contábeis em suas demonstrações financeiras decorrentes da integralização das Debêntures com dívidas constantes em seu balanço patrimonial.

3.11 Juros e Multa Moratória

3.11.1 Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, sobre os débitos em atraso (valor nominal das Debêntures acrescidos de juros remuneratórios e *spread*) serão acrescidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

3.12 Não Comparecimento dos Debenturistas

3.12.1 Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à disposição pela CESP, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias, nas datas estabelecidas, não lhe dará o direito ao recebimento de qualquer acréscimo sobre o período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



3.13 Local de Pagamento



3.13.1 Os pagamentos referentes às obrigações pecuniárias a que fazem jus as Debêntures (tais como o valor nominal e juros remuneratórios) serão efetuados pela CESP de uma das seguintes formas, ressalvado o disposto no item 3.13.2: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND, para as Debêntures registradas para negociação neste sistema; ou (ii) em conformidade com os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas junto ao mercado de negociação da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, denominado BOVESPA FIX; ou (iii) na sede da instituição financeira depositária das Debêntures, para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND ou ao BOVESPA FIX.

3.13.2 Para os titulares das Debêntures que não possuírem conta bancária, os pagamentos serão efetuados pela CESP, através das agências do Banco Itaú S.A., nos seguintes endereços:

- i) São Paulo, SP, na Rua XV de Novembro, 318, térreo, tel.: (11) 3247-4669;
- ii) Rio de Janeiro, RJ, na Rua 7 de Setembro, 99, sub-solo, Centro, tel.: (21) 276-2439;
- iii) Curitiba, PR, na Rua João Negrão, 65, tel.: (41) 320-4128;
- iv) Porto Alegre, RS, na Rua Sete de Setembro, 746, tel.: (51) 210-9150;
- v) Belo Horizonte, MG, na Rua João Pinheiro, 195, mezanino, tel.: (31) 249-3524;
- vi) Salvador, BA, na Avenida Estados Unidos, 50, 2º andar, Edifício Sesquicentenário, tel.: (71) 319-8063; e
- vii) Brasília, DF, na SC Sul Quadra 3, Edifício Dona Ângela, sobreloja, tel.: (61) 217-5138.

3.14 Vencimento Antecipado

3.14.1 O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da CESP o imediato pagamento do valor



nominal das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, juros e multa moratória previstos no item 3.11 acima, na ocorrência dos seguintes eventos, os quais deverão ser imediatamente informados pela CESP ao Agente Fiduciário:

- i) protesto legítimo de títulos contra a CESP cujo valor total ultrapasse R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que a CESP receber o aviso, por escrito, do Agente Fiduciário nesse sentido, a CESP comprovar validamente que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro(s); (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o protesto foi objeto de garantias em juízo, oferecidas pela CESP;
- ii) descumprimento pela CESP de obrigações e/ou pagamentos que, conjuntamente, resultem em vencimento antecipado de dívida líquida, certa e exigível em valor superior a R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), e que não sejam regularizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de seus respectivos descumprimentos;
- iii) pedido de concordata preventiva apresentado pela CESP;
- iv) início de processo de dissolução, liquidação ou pedido de falência da CESP;
- v) falta de cumprimento, pela CESP, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- vi) falta de pagamento de qualquer valor devido em relação às Debêntures nos termos desta Escritura, principalmente aqueles mencionados no item 3.6 e 3.7, quando não sanados em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso que lhe foi enviado pelo Agente Fiduciário;
- vii) trânsito em julgado de sentença, emissão de laudo arbitral definitivo, execução de mandado de penhora ou início de processos de execução que versem sobre o pagamento, pela CESP, de quantia igual ou superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais);
- viii) encampação, caducidade ou intervenção, em uma ou mais concessões da CESP;



- ix) ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 do Novo Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002); e
- x) demais casos previstos em lei.

3.14.2 Ocorrendo qualquer dos eventos previstos no item 3.14.1 acima, o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que este tomar conhecimento de sua ocorrência, declarará as Debêntures vencidas antecipadamente, mediante envio de carta protocolada na sede da CESP. Cópia desta carta será enviada à CETIP, à BOVESPA, à CBLC e à instituição financeira depositária das Debêntures.

3.14.3 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, a CESP obriga-se a resgatá-las pelo seu valor nominal, acrescido dos juros remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, acrescidos ainda dos encargos previstos no item 3.11. O resgate das Debêntures deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada no item 3.14.2 acima.

3.15 Prorrogação dos Prazos

3.15.1 Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

3.16 Negociação

3.16.1 A presente emissão será registrada para negociação no mercado secundário através (i) do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e (ii) do BOVESPA FIX, ambiente de negociação da BOVESPA.



3.17 Procedimento de Distribuição e Forma de Colocação

3.17.1 A colocação pública das Debêntures somente terá início após a expedição do registro de emissão pela CVM e a realização da publicação do anúncio de início de distribuição.

3.17.2 As Debêntures serão colocadas mediante leilão especial na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, visando a investidores qualificados. Não será admitido deságio sobre o preço de subscrição das Debêntures no leilão. A liquidação do leilão será realizada através da CETIP, no primeiro dia útil subsequente à data da realização do leilão, obedecendo-se suas normas e procedimentos vigentes.

3.17.3 As Debêntures não subscritas no leilão especial serão distribuídas no mercado de balcão organizado, através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), operacionalizado pela CETIP, não sendo igualmente admitido deságio sobre o preço de subscrição. Para as Debêntures que forem colocadas através de mercado de balcão organizado, será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, conforme previsto no artigo 33 da Instrução nº 13/80, da CVM, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. As Debêntures subscritas no mercado de balcão organizado serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional ou com créditos detidos contra a CESP, nos termos dos itens 3.10.4 e 3.10.4.1.

3.17.4 A CESP poderá adquirir Debêntures no mercado, para manutenção em tesouraria, nos termos do artigo 55, §2º da Lei nº 6.404/76.

3.18 Destinação dos Recursos

3.18.1 A CESP possui dívidas vencíveis ao longo do exercício de 2003 no montante de R\$ 2.788 milhões, conforme Orçamento Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração da CESP. Desse total, aproximadamente R\$ 849 milhões correspondem a dívidas em moeda nacional, sendo que o restante se refere à dívida em moeda estrangeira. Os recursos obtidos com a integralização das Debêntures serão destinados ao pagamento dos compromissos com a dívida em moeda nacional de curto prazo, observada a possibilidade de as Debêntures serem integralizadas com quaisquer créditos detidos contra a CESP, nos termos do item 3.10.4 acima.



3.18.2 A estimativa realizada no item 3.18.1 ~~acima~~ ~~compreende~~ obrigações presentes e futuras. Caso a totalidade das Debêntures não seja colocada no mercado, a CESP, para honrar tais obrigações, poderá adotar as seguintes alternativas:

- i) postergar novos dispêndios; e/ou
- ii) propor aos credores que financiem, nos moldes do que ocorre atualmente, o pagamento das obrigações.

3.19 Publicação na Imprensa

3.19.1 Exceto os anúncios de início e de encerramento da distribuição das Debêntures, que serão publicados somente no jornal “Gazeta Mercantil”, todos os demais atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “Gazeta Mercantil”. A CESP deverá enviar ao Agente Fiduciário cópia da publicação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da sua ocorrência. A CESP poderá substituir a publicação na “Gazeta Mercantil” por outro jornal de grande circulação, a seu exclusivo critério, devendo comunicar o Agente Fiduciário até 3 (três) dias úteis após a decisão de substituição, bem como publicar com antecedência “Aviso aos Acionistas” junto ao extrato da ata de assembléia geral ordinária, nos termos do artigo 289, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76.

4. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CESP

4.1 A CESP está adicionalmente obrigada a:

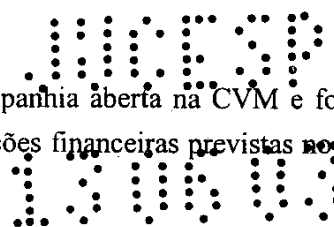
- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de seus demonstrativos financeiros relativos a esse semestre social, acompanhada de parecer dos auditores independentes e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
 - b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício



social, acompanhados de parecer dos auditores independentes, demonstrativos completos relativos a esse exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;

- c) dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;
 - d) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, fornecidas com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - e) dentro de 15 (quinze) dias, todos os demais documentos e informações que a CESP, nos termos e condições previstos nesta Escritura, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário;
 - f) dentro de 2 (dois) dias úteis, a contar da respectiva publicação, os avisos aos debenturistas, os fatos relevantes e as atas de assembléias que, de alguma forma, envolvam o interesse dos debenturistas;
 - g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 3.14 desta Escritura, imediatamente após sua ocorrência; e
 - h) cópia das atas de reunião do conselho de administração vinculadas à emissão, quando instaladas, 15 (quinze) dias após a realização das mesmas;
- ii) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou, por qualquer forma, distribuir todo ou parte seu resultado, mesmo para pagamento de debênture de participação nos lucros, se estiver em atraso superior a 5 (cinco) dias em relação ao pagamento das obrigações devidas sob esta Escritura;
- iii) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;





- iv) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- v) contratar instituição financeira autorizada para prestar serviço de atendimento aos debenturistas;
- vi) a CESP obriga-se também, desde que solicitada e com sua prévia autorização, a efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. As despesas a que se refere este item incluem, exemplificativamente:
 - a) publicação de relatórios, avisos, notificações previstas nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - b) contratação de empresa de auditoria independente; e
 - c) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser considerados imprescindíveis, em caso de omissões e/ou obscuridades nas informações fornecidas pela CESP;
- vii) convocar, nos termos do item 6 desta Escritura, assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- viii) não realizar negócios e/ou operações (a) alheios ao objeto social definido no seu estatuto social, (b) que não estejam expressamente previstos e autorizados pelo estatuto social ou (c) que não tenham sido previamente autorizados com a estrita observância dos procedimentos estabelecidos pelo estatuto social, sem prejuízo do cumprimento das demais disposições estatutárias, legais e regulamentares aplicáveis;



- ix) não praticar quaisquer atos em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;
- x) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data, e não efetuar qualquer alteração substancial na forma legal de seus negócios, conforme existam nesta data, exceto quando e se exigido pela legislação em vigor;
- xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos; e
- xii) manter atualizado, pelo menos anualmente, o relatório de avaliação da emissão das Debêntures elaborada pela agência de classificação de risco, bem como dar ampla divulgação do mesmo ao mercado.

5. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

5.1 A CESP nomeia e constitui a C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como Agente Fiduciário desta emissão, qualificada no preâmbulo desta Escritura, que expressamente aceita a nomeação e assina a presente Escritura na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas perante a CESP.

5.2 O Agente Fiduciário declara:

- i) sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983; e



- v) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado descritas no item 3.14 acima, que se dará com base nas obrigações previstas nos itens 4.1(i)(g), 5.12(ix), 5.12(xi), 5.12(xiv), 5.12(xviii) e 5.12(xxii)(a), dentre outras desta Escritura.

5.2.1 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data em que for notificado pela CESP, o que se dará após a concessão do registro de distribuição das Debêntures pela CVM, ou do aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor e/ou pagamento integral das Debêntures objeto da presente emissão, nos termos do item 1, do Anexo I do Contrato de Prestação de Serviços de Agente Fiduciário e Outras Avenças, celebrado entre CESP e o Agente Fiduciário em 18 de fevereiro de 2003 (“Contrato de Prestação de Serviços”).

5.3 O Agente Fiduciário, ou seu eventual substituto, receberá da CESP, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei, desta Escritura e do Contrato de Prestação de Serviços, remuneração equivalente ao valor total de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), data-base Fevereiro/2003. Esse valor será pago em parcelas mensais e consecutivas, variáveis de acordo com os serviços prestados em cada mês pelo Agente Fiduciário e será atualizado monetariamente, conforme o item 5.5 abaixo.

5.3.1 O pagamento de cada parcela mensal da remuneração será efetuado no último dia útil de cada mês mediante a apresentação pelo Agente Fiduciário de nota fiscal/fatura de prestação de serviços realizados, desde que os serviços constantes da nota fiscal/fatura tenham sido executados, atestados e aprovados pela fiscalização da CESP, nos termos dos itens 5.3.2.1 e 5.3.3 desta Escritura.

5.3.2 O prazo de pagamento de cada parcela mensal da remuneração em questão, pela CESP, será de 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura pelo Agente Fiduciário, ou seja, da data final do período de adimplemento dos serviços mensalmente prestados.

5.3.2.1 Para efeito do disposto no item 5.3.2 acima, considera-se como adimplemento dos serviços mensalmente prestados a emissão dos documentos de cobrança,



bem como a apresentação à CESP dos documentos a seguir relacionados, por parte do Agente Fiduciário:

- i) relação nominativa dos empregados utilizados nos serviços mensalmente prestados, acompanhada da folha de pagamento individualizada onde constem apenas os nomes desses empregados;
- ii) cópia autenticada da guia do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- iii) cópia autenticada do documento de recolhimento do Imposto sobre Serviço de qualquer Natureza – ISSQN, observando para tanto, o disposto no art. 12 do Decreto-lei 406/98, no que se refere ao município onde estiver situado, efetivamente, o estabelecimento prestador do serviço, ou no caso de serviços relacionados à construção civil, o município onde estiver sendo realizado; e
- iv) documento de cobrança respectivo e os demais documentos exigidos, que deverão ser entregues, impreterivelmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à medição.

5.3.3 Cumprido o disposto no item 5.3.2.1 acima, a fiscalização da CESP emitirá aprovação interna para processamento do pagamento ao Agente Fiduciário.

5.3.4 O pagamento será efetuado através de crédito na conta corrente nº 04-000081-2, agência 1003-1, do Banco Nossa Caixa S.A.

5.4 O prazo para prestação dos serviços será de 54 (cinquenta e quatro meses). As condições contratadas poderão ser prorrogadas, nos termos da legislação vigente, mediante aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços.

5.5 O preço total da remuneração mencionado no item 5.3 acima será reajustado anualmente, a partir do dia 18 de fevereiro de 2003, data da apresentação da proposta do Agente Fiduciário à CESP, de acordo com a seguinte fórmula:

$R = P_o [(IGPM) - 1]$, onde

- i) R = parcela de reajuste do preço;



- ii) Po = Preço referido a base econômica originalmente contratada;
- iii) IGPM = Variação dos índices representativos de “Índice Geral de Preços”, ocorrida entre a base econômica do preço e a periodicidade permitida pela legislação vigente, publicados pela revista “Conjuntura Econômica” da FGV, índices gerais, coluna 7, “Índice Geral de Preços de Mercado”; e
- iv) Mês base econômica dos preços: Fevereiro/2003.

5.6 O não cumprimento de qualquer condição estabelecida no Contrato de Prestação de Serviços e descritas no item 5.3.2.1 acima sujeitará o Agente Fiduciário ao pagamento de multa de até 5% (cinco) incidente sobre o valor total da remuneração mencionado no item 5.3 acima. A fiscalização da CESP estipulará o percentual de multa a ser aplicado após avaliação da gravidade da falta cometida pelo Agente Fiduciário.

5.6.1 O valor da multa será cobrado por dedução nos pagamentos ou pelo seu recolhimento na tesouraria da CESP.

5.7 Os termos desta Escritura, quanto à contratação do Agente Fiduciário, e do Contrato de Prestação de Serviços estão vinculados ao Edital do Convite nº ASC/FFM/004/01/2003 e reproduzem os termos e condições da proposta vencedora.

5.8 A CESP compromete-se a efetuar, desde que previamente aprovado, o pagamento de todas as despesas solicitadas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. O crédito do Agente Fiduciário por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma deste item será acrescido à dívida da CESP e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes despesas, relacionadas com:

- i) publicação de relatórios, avisos, convocações e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões



- iii) despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

5.9 No caso de inadimplemento da CESP, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela CESP. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas, e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos debenturistas, bem como a remuneração mensal do Agente Fiduciário e as despesas reembolsáveis, previstas no item 5.8 acima, que deverão ser pagas pelos debenturistas até a data do completo pagamento pela CESP das obrigações pecuniárias objeto desta Escritura, na hipótese da CESP permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

5.10 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contado do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela CESP, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à CESP efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.



5.11 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

5.11.1 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados. Este valor será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração pelo Agente Fiduciário, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV.

5.11.2 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

5.11.3 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos nos artigos 7º, 8º e 10 da Instrução nº 28/83, da CVM, e eventuais normas posteriores.

5.11.4 A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo ser averbado na JUCESP.

5.11.5 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos baixados pela CVM.

5.12 Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM:

- i) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- ii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

- iii) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- iv) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- vi) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de qualquer inadimplemento, pela CESP, de obrigações assumidas na presente Escritura, nos termos do artigo 68, § 1º, “c” da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01;
- vii) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanados as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- viii) promover nos competentes órgãos, caso a CESP não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, se houver, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o Agente Fiduciário deverá solicitar à Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP que notifique a CESP para que esta lhe forneça as indicações e documentos que porventura se fizerem necessários;
- ix) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- x) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na CESP, bem como certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública,



cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento e órgãos da Fazenda Pública onde se localiza a sede da CESP;

- xii) convocar, quando necessário, assembléia geral de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa onde a CESP deve efetuar suas publicações;
- xiii) comparecer à assembléia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiv) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, “b”, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela CESP ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela CESP;
 - b) alterações estatutárias da CESP ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da CESP, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da CESP;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgate, amortização, e/ou pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela CESP;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos dos administradores da CESP;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela CESP na Escritura; e
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função do Agente Fiduciário;

- xv) colocar o relatório de que trata o item (xiv) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da CESP, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da CESP, no endereço apontado no preâmbulo desta Escritura;
- b) no escritório principal do Agente Fiduciário, no endereço apontado no preâmbulo;
- c) na CVM;
- d) no mercado de balcão CETIP;
- e) na BOVESPA; e
- f) na sede do coordenador que liderou a colocação das Debêntures;
- xvi) publicar, nos órgãos da imprensa em que a CESP deve efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura, e às expensas da CESP, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item anterior;
- xvii) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à CESP;
- xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xix) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de qualquer inadimplemento, pela companhia, de obrigações assumidas na escritura de emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos; comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e à Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA;
- xx) a notificação de que trata o item anterior, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por fax (sendo o respectivo comprovante de transmissão prova



suficiente de que a pessoa cujo número de fac-símile coincida com o do aparelho receptor recebeu tal notificação), e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas;

- xxi) divulgar o valor unitário de cada Debênture, através da central de atendimento do Agente Fiduciário, disponibilizando-o aos debenturistas, à CESP e aos participantes do mercado, mediante solicitação;
- xxii) o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a CESP para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da CESP e desde que aprovado pelos debenturistas reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim, nos termos da cláusula 6 desta Escritura:
 - a) declarar, nos casos previstos nesta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
 - b) representar os debenturistas em processo de execução judicial, aplicando o produto do mesmo no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
 - c) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, insolvência, encampação, intervenção, dissolução ou liquidação extrajudicial da CESP; e
 - d) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e
 - e) requerer a falência da CESP.

5.13 Nos termos do §4º do artigo 68 da Lei nº 6.404/76, o Agente Fiduciário responde perante os debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.



5.13.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), (d) e (e) do item 5.12 (xxii) acima se, convocada assembléia de debenturistas para esse fim, esta assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Por outro lado, o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na alínea (c) do item 5.12 (xxii) acima se autorizado por deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

6. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

6.1 Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial, a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

6.2 A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela CESP; (iii) por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação; ou ainda, (iv) pela CVM.

6.3 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

6.4 A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número de presença.

6.5 Nas deliberações da assembléia de debenturistas, a cada Debênture será atribuído um voto.

6.6 A assembléia somente poderá aprovar alterações nas condições das Debêntures pelo voto de debenturistas que representem, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em circulação. Em qualquer caso, para efeito de quorum, serão excluídos os votos em branco e as Debêntures pertencentes à CESP, a qualquer de suas subsidiárias, coligadas ou controladoras, empresas sob controle comum ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.

6.7 Será facultada a presença dos representantes legais da CESP nas assembléias



dos debenturistas.

CESP

6.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

130613

7. DA RENÚNCIA

7.1 Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da CESP prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

8. DA AUTONOMIA DAS DISPOSIÇÕES

8.1 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outras que, na medida do possível, produzam o mesmo efeito.

9. DAS MODIFICAÇÕES

9.1 Observando-se os requisitos dos artigos 59 e seguintes da Lei nº 6.404/76, qualquer modificação à presente Escritura somente será válida se realizada por escrito e com a concordância de todas as partes que assinam a presente.

10. DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA CESP

10.1 A CESP neste ato declara que:

- i) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- ii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes para tanto;



- iii) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- iv) os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a CESP seja parte ou a que quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a CESP ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a CESP ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- v) esta Escritura constitui uma obrigação exequível, válida e eficaz;
- vi) os prospectos preliminar e definitivo relativos à presente emissão e dos quais os debenturistas possuem cópia contêm todas as informações relevantes em relação à CESP; todas as declarações ali contidas são verdadeiras, completas e precisas; não há outros fatos em relação à CESP ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do prospecto seja substancialmente enganosa, incorreta ou inverídica; e todos os esforços foram feitos pela CESP para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no prospecto são verdadeiros;
- vii) a CESP tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- viii) as Demonstrações Financeiras da CESP, datadas de 31 de dezembro de 2000, 2001 e 2002 representam corretamente a posição financeira da CESP naquelas datas, foram e terão sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- ix) a CESP tem cumprido as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e



- x) exceto pelas contingências informadas no prospecto preliminar e no prospecto definitivo, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na CESP, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

10.2 A CESP compromete-se a notificar imediatamente aos debenturistas e ao Agente Fiduciário, nos termos da cláusula 11 abaixo, caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DAS NOTIFICAÇÕES

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) para a CESP:

CESP – Companhia Energética de São Paulo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:
Sr. Vicente Kazuhiro Okazaki
Alameda Ministro Rocha Azevedo, 25
01410-900 – São Paulo - SP
telefone nº (11) 252-3415 / 252-3489 e fax nº (11) 3285-1377
e-mail: vicente.okazaki@cesp.com.br

ii) para o Agente Fiduciário:

C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
A/C: Sr. Antonio Peixoto Cherem/ Sr. Vilson Ronald Ribas
Rua XV de Novembro 270 – conj 601 Curitiba- Paraná
CEP: 80020-310
Fone: (041) 224-2494 Fax (041) 224-7900.

iii) para a CETIP

Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP
Av. República do Chile, nº 230 - 11º andar
CEP 20031-170 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 2276-7474 - Fax (21) 2262-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, nº 425 - 24º andar

CEP 01009-000 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3111-1400 - Fax (11) 3115-1664; e

JUL 13 2003

13 06 03

iv) para a CBLC

Central Brasileira de Liquidação e Custódia

Rua XV de Novembro, nº 275 – 6º andar

CEP 01013-001 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3233-2307 – fax (11) 3233-2306

v) para a BOVESPA

Bolsa de Valores de São Paulo

Rua XV de Novembro, nº 275 – 5º andar

CEP 01013-001 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3233-2222 – fax (11) 3233-2061/2062

vi) para a Instituição Depositária, Escrituradora e Mandatária das Debêntures:

Banco Itaú S/A

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar.

04344-902 - São Paulo – SP

Fone: (11) 5029-1317 – fax (11) 5029-1917

11.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

12. DO FORO

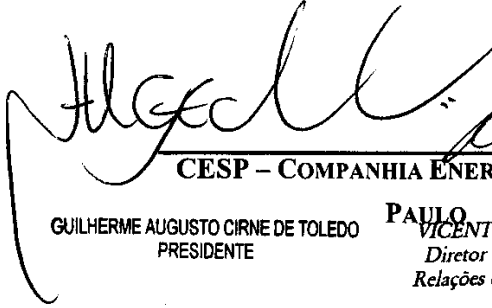
12.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Escritura, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

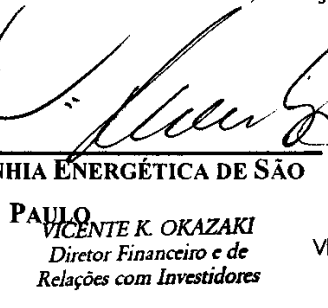



CESP – Companhia Energética de São Paulo

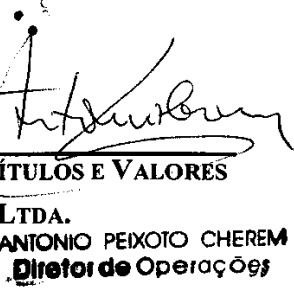
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 6 de junho de 2003.


CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO
GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO
PRESIDENTE


PAULO VICENTE K. OKAZAKI
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores



C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.
VILSON RONALD RIBAS DE CONTO
Diretor Geral


ANTONIO PEIXOTO CHEREM
Diretor de Operações

Diretores:

Diretores:

Testemunhas:

1. 
Nome: Valmir Alves Gomes
R.G.: 6.380.890

2. 
Nome: Reinaldo Vinha
R.G.: 16.548.251



JUCESP